



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DOS COQUEIROS

LEI N° 822/2015
(DE 28 DE OUTUBRO DE 2015)

CERTIDÃO
CONFORME DISPÕE O ART 100 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL
DECLARO QUE O PRESENTE ATO FOI PUBLICADO:

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO
 QUADRO DE AVISOS (DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA
CÂMARA MUNICIPAL

EM 28 10 2015

Jéssica Sabina Silva
Secretária Adjunta de Governo

Autoriza o Poder Executivo Municipal de Barra dos Coqueiros a firmar Convênio de Cooperação com o Estado de Sergipe, visando estabelecer a Gestão Associada para a Prestação e Planejamento dos Serviços de Saneamento Básico, integrado pelas Infraestruturas, Instalações Operacionais e Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário, através de Contrato de Programa com a Companhia de Saneamento do Estado de Sergipe – DESO, bem como, delegar ao Estado de Sergipe a Regulação, inclusive Tarifária, e Fiscalização dos aludidos Serviços Públicos, que serão exercidas pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe – AGRESE e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA DOS COQUEIROS, ESTADO DE SERGIPE, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a estabelecer com o Governo do Estado de Sergipe a gestão associada para a prestação, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico, integrado pelas infraestruturas, instalações operacionais e serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em seu território, em conformidade com o disposto nos artigos 166, 175, 211, 241 e 248 da Constituição Federal, artigo 13 da Lei Federal 11.107/2005, artigo 3º, II e seguintes da Lei Federal 11.445/2007, artigo 24, XXVI da Lei Federal 8.666/93, artigo 7º, §§ 3º e 5º, da Lei Estadual nº 6.977, de 03 de novembro de 2010 e artigo 4º, parágrafo único da Lei Estadual nº 6.661, de 28 de agosto de 2009, através de convênio de cooperação.

§ 1º - A prestação dos serviços públicos de água e de esgotamento sanitário, compreendendo a captação, adução de água bruta, produção de água para abastecimento (tratamento), sua preservação, distribuição, adução de água tratada operação, conservação, manutenção de redes, incluindo as ligações prediais e os instrumentos de mediação, coleta, remoção, tratamento e destinação final de esgotos no Município será exercida por meio de delegação dos convenientes, por meio de convênio de cooperação e na forma a ser estabelecida em contrato de programa a ser



ESTADO DE SERGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DOS COQUEIROS

firmado com a Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO, tendo por objeto toda a área urbana e rural do Município, em regime de exclusividade.

§ 2º - A gestão associada com o Estado para o exercício das funções de planejamento, de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico no Município será exercida por meio de delegação, na forma de convênio de cooperação, pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe – AGRESE, na forma do artigo 7º, § 1ºII, da Lei nº 6.977, de 03 de novembro de 2010.

§ 3º - Competirá à Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe – AGRESE a regulação e fiscalização do controle social, do sistema de informações sobre os serviços prestados, articulado com o Sistema Nacional de Informações em Saneamento e dos parâmetros para a garantia do atendimento essencial à saúde pública, inclusive quanto ao volume mínimo per capita de água para abastecimento público, observadas as normas nacionais relativas à potabilidade da água;

Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar contrato de programa com a DESO pelo prazo de 30 (trinta) anos a contar da data da sua assinatura, prorrogáveis por igual período a critério do Chefe do Poder Executivo Municipal para a prestação dos serviços previstos no artigo 1º desta Lei, desde que autorizado pelo Poder Legislativo Municipal.

Parágrafo único - A DESO poderá realizar os serviços de que trata a presente Lei, diretamente ou por terceiros autorizados por ela, entidades públicas ou privadas, na forma da Lei, observando-se o seguinte:

- a) a construção das obras dependerá de estudo de viabilidade técnica, econômica, social e ambiental, no qual seja estabelecido o rateio de custos e as normas de retorno dos investimentos; e
- b) os custos decorrentes dos serviços e obras serão rateados, direta ou indiretamente, observada a capacidade econômica e a situação sanitária, social e ambiental das regiões ou comunidades a serem beneficiadas.

Art. 3º - Os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base nos seguintes princípios fundamentais:

I-universalização do acesso;



ESTADO DE SERGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DOS COQUEIROS

- II - gestão integrada das atividades e infraestruturas necessárias ao abastecimento de água e à coleta e destinação final adequada de esgotos sanitários;
- III - adoção de métodos, técnicas e processos que, sempre que possível, considerem as peculiaridades locais e regionais;
- IV - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de recursos hídricos, de promoção da saúde e de outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais, o saneamento básico seja fator determinante;
- V - eficiência e sustentabilidade econômica;
- VI - utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;
- VII - transparência das ações, baseada em sistemas de informações;
- VIII - segurança, urbanidade, qualidade e regularidade;
- IX - integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos;
- X - proteção do meio ambiente.

CAPÍTULO II

DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Seção I – Dos bens e direitos

Art. 4º - O Estado de Sergipe, através da DESO, fica autorizado a instaurar os procedimentos necessários, a promover, na forma da legislação vigente, desapropriação por utilidade pública e estabelecer servidão de bens ou direitos necessários à operação e expansão dos seus serviços no Município, respondendo pelas indenizações cabíveis, sendo que, por acordo, o Município poderá arcar com este ônus.

§1º - O Poder Executivo Municipal, mediante solicitação fundamentada da DESO, declarará previamente por Decreto à utilidade pública, para fins de desapropriação ou de instituição de servidão administrativa dos bens imóveis ou direitos necessários à implantação ou ampliação dos



ESTADO DE SERGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DOS COQUEIROS

sistemas de água e de esgotos, de acordo com os projetos aprovados pelas entidades competentes de que trata esta Lei.

§2º - Caso o Poder Executivo Municipal se recuse ou se omita com relação a obrigação contida no parágrafo anterior, a utilidade pública nele referida poderá ser decretada pelo chefe do poder executivo estadual.

§3º - Para a realização dos serviços prestados com base nesta Lei, fica a DESO autorizada a utilizar, sem nenhum ônus, os terrenos de domínio público municipal e neles estabelecer servidões através de estradas, caminhos e vias públicas, na forma da lei específica.

Art. 5º - Durante o prazo da delegação e na sua área de abrangência, o parcelamento do solo sob a forma de loteamento ou desmembramento, ou a criação de condomínios, somente serão autorizados pelo Poder Executivo, desde que incluam as redes de água e esgotos executadas pelos empreendedores com os projetos previamente aprovados pela DESO.

Parágrafo Único - O proprietário do parcelamento do solo urbano em quaisquer de suas formas, transferirá, sem nenhum ônus à DESO, as redes de água e de esgotos implantadas nos empreendimentos, bens estes não indenizáveis pelo Município em caso de reversão do patrimônio.

Art. 6º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a transferir, sem nenhum ônus à DESO, os bens de propriedade do Município, necessários à ampliação dos sistemas de água e esgoto prestados através do contrato de programa que será firmado.

Parágrafo Único - Também está autorizado o Chefe do Poder Executivo a transferir a operação dos distritos ou sistemas individuais existentes, inclusive a doação dos bens necessários para a prestação dos serviços, mediante termo aditivo ao contrato de programa firmado.

Art. 7º - O Município reconhece que os bens e direitos vinculados aos serviços existentes até a data da publicação desta Lei são de propriedade da DESO e estão registrados no seu ativo permanente.

Parágrafo Único - O valor do imobilizado técnico e dos financiamentos e empréstimos previstos na contabilidade da DESO, referentes ao contrato anterior, passarão a integrar o contrato de programa firmado para efeito de amortização, depreciação e indenização futura.

Seção II - Das tarifas

Av. Moises Gomes Pereira, nº 16, Centro, Barra dos Coqueiros/SE
CEP: 49.140-000



ESTADO DE SERGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DOS COQUEIROS

Art. 8º - Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico financeira assegurada mediante os recursos obtidos com a cobrança de tarifas pela DESO, cuja instituição observará as seguintes diretrizes:

- I - subsídio cruzado entre os sistemas;
- II - devida remuneração do capital investido pela DESO, os custos de operação e de manutenção, as quotas de depreciação, provisão para devedores, amortizações de despesas, o melhoramento da qualidade do serviço prestado, e a garantia da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de programa;
- III - prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde;
- IV - ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;
- V - geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço;
- VI - estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços;
- VII - inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos;
- VIII - incentivo à eficiência do prestador do serviço.

Art. 9º - A tarifa dos serviços prestados pela DESO será fixada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe – AGRESE, devendo, para tanto, ser atendida a devida remuneração do capital investido pela DESO, os custos de operação e de manutenção, as quotas de depreciação, provisão para devedores, amortizações de despesas, o melhoramento da qualidade da prestação do serviço de saneamento básico, bem como a garantia da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de programa a ser celebrado e a geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas instituídas no Plano Municipal de Saneamento Básico.

§1º - Os reajustes, revisão ou modificação, serão igualmente fixados ou por órgão ou entidade estadual que venha a substituí-lo na forma da Lei, mediante proposta da pela Agência Reguladora



ESTADO DE SERGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DOS COQUEIROS

de Serviços Públicos do Estado de Sergipe – AGRESE, observando-se um intervalo mínimo de 12 (doze) meses, levando-se em consideração:

- I - categorias de usuários, distribuídas por faixas ou quantidades crescentes de utilização ou de consumo;
- II - padrões de uso ou de qualidade requeridos;
- III - quantidade mínima de consumo ou de utilização do serviço, visando à garantia de objetivos sociais, como a preservação da saúde pública, o adequado atendimento dos usuários de menor renda e a proteção do meio ambiente;
- IV - custo mínimo necessário para disponibilidade do serviço em quantidade e qualidade adequadas;
- V - ciclos significativos de aumento da demanda dos serviços em períodos distintos;
- VI - capacidade de pagamento dos consumidores.

§2º - A revisão das tarifas, precedida da ouvida dos titulares, usuários e prestadora de serviços, poderá ser periódica ou sempre que se verificar a ocorrência de fato superveniente extraordinário não previsto no contrato, tais como acréscimo nos custos dos serviços, criação ou alteração de quaisquer tributos ou encargos legais ou outro qualquer que, após a homologação da tarifa ou de seu reajuste, venha a provocar o desequilíbrio econômico financeiro do contrato.

§3º - A concessionária praticará tarifa diferenciada para a população de baixa renda, com base nos critérios para a caracterização de famílias de baixa renda definidos pelo Conselho Estadual de Saneamento Básico.

§4º - Em situação crítica de escassez motivada por estiagem, contaminação de recursos hídricos ou outro fato extraordinário que obrigue a adoção de racionamento ou redução de produção a níveis não compatíveis com o sistema, poderá ser adotada tarifa especial de contingência, com o objetivo de restringir o consumo e cobrir eventuais custos adicionais decorrentes dela, garantindo o equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços.

Art. 10 - As tarifas poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários (categorias e economias), bem como no estabelecimento de faixas progressivas de consumo (tarifa progressiva).



ESTADO DE SERGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DOS COQUEIROS

§1º - A tarifa mínima será de pelo menos dez metros cúbicos (10 m³) mensais de consumo de água por economia da categoria de usuário.

§2º - O Município deverá prever em seu orçamento os pagamentos das tarifas devidas por seus entes, banheiros, fontes, torneiras públicas e ramais de esgotos sanitários utilizados ou de sua responsabilidade.

Art. 11 - As tarifas serão fixadas de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e as revisões ser tornado público 30 (trinta) dias antes da sua cobrança.

Art. 12 - É vedado à DESO conceder isenção de tarifas e custo de seus serviços.

Parágrafo único – A entidade de regulação poderá autorizar o prestador de serviços a repassar aos clientes os encargos tributários não previstos originalmente e por ele não administrados.

Art. 13 - Os grandes consumidores poderão negociar suas tarifas com o prestador dos serviços, mediante contrato específico, ouvida previamente a entidade reguladora, na forma do artigo 17, da Lei nº 6.960, de 12 de julho de 2010.

Seção III – Das ligações e interrupções

Art. 14- As ligações e interrupções dos serviços serão reguladas pelo Decreto Estadual nº 27.565, de 21 de dezembro de 2010, que *Aprova o Regulamento dos Serviços Públicos de Água e Esgoto, no âmbito de concessão da Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO, e dá providências correlatas.*

Seção IV – Dos Tributos

Art. 15 - Para fins de desonerar o custo da tarifa de serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, viabilizando o estabelecimento de uma tarifação de cunho social, fica a DESO, pelo prazo da prestação dos serviços outorgados, isenta de todos os tributos municipais que incidam sobre os serviços afetos, necessários àquela prestação, e ainda, sobre as áreas e instalações operacionais e administrativas existentes à data da celebração do Contrato de Programa e/ou que venham a ser adquiridas posteriormente, bem como do pagamento de *royalties*, isenção esta que será extensível àqueles criados durante a prestação dos serviços.



ESTADO DE SERGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DOS COQUEIROS

§1º - A isenção estabelecida no *caput* é extensiva a todas as taxas municipais, de serviço ou pelo poder de polícia, contribuição de melhoria e a quaisquer outros tributos municipais instituídos posteriormente a esta lei.

§2º - A desobrigação de pagar encargos fiscais municipais ou retribuição por uso de bens municipais, afeta também a utilização dos espaços públicos, terrestres ou não, inclusive subsolo, com o fim de implantar unidades e redes dos sistemas de saneamento básico, bem como as unidades controladoras destes sistemas, quando necessárias.

Seção V – Da Extinção

Art. 16 - O presente contrato será extinto, exclusivamente, nas seguintes hipóteses:

- I - Com o advento do termo final do contrato, sem que haja prorrogação pactuada entre as partes;
- II - Acordo entre as partes, celebrado em instrumento próprio;
- III - Rescisão motivada, em caso de falta grave ou comprovado inadimplemento das obrigações previstas neste contrato;
- IV - Falência, extinção, ou impossibilidade de prestação dos SERVIÇOS pela CONTRATADA;
- V - Decisão judicial transitada em julgado.

Art. 17 - Ocorrendo extinção, o acervo dos sistemas de água e de coleta de esgotos sanitários será revertido ao patrimônio do Município, após o Município assumir previamente a responsabilidade pelo pagamento dos compromissos financeiros porventura existentes na data de transferência do acervo e indenizar previamente à DESO pelo valor contábil das parcelas dos investimentos ainda não amortizados, remunerados ou depreciados na vigência do contrato.

Parágrafo Único – Enquanto não ocorrer a indenização prévia prevista no *caput* deste artigo, a DESO continuará prestando seus serviços no Município até que seus créditos e investimentos realizados, inclusive necessários a continuidade do serviço público, sejam recuperados através das tarifas.

Art. 18 - Considerar-se-á rescindido o contrato para exploração dos serviços públicos de saneamento básico, a partir do momento em que a empresa prestadora dos serviços for desestatizada ou repassar seu controle administrativo a iniciativa privada.

CAPÍTULO III



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DOS COQUEIROS
DO PLANEJAMENTO

Art. 19 - A prestação dos serviços observará o plano municipal de saneamento, que deverá ser compatível com a Política Estadual de Saneamento desenvolvida pelo ente da Administração Estadual competente, o qual deverá ser uniforme com relação à fiscalização, regulação e fixação de tarifa para o conjunto dos Municípios atendidos pela DESO, observando o seu Plano de gestão.

Art. 20 - O planejamento deverá estabelecer as metas a serem fixadas no contrato de programa que será firmado entre a DESO e o Município, contemplando os seguintes elementos principais:

I - objetivos e metas de curto, médio e longo prazo para a universalização, admitidas soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com eventuais planos setoriais e a capacidade dos usuários;

II - programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas;

III - mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas;

IV - ações para emergência e contingências; e

V - diagnóstico da situação e de seus impactos nas condições de vida, utilizando sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos e apontando as causas das deficiências detectadas.

Parágrafo Único - O plano municipal de saneamento, sempre que possível, deverá considerar a bacia hidrográfica e a região onde se insere o Município como unidade de referência.

CAPÍTULO IV
DA REGULAÇÃO

Art. 21 - O exercício das funções de regulação e fiscalização será delegado, por meio de convênio de cooperação, à Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe - AGRESE, nos termos da legislação estadual e federal de regência, sendo que ela deverá agir com transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade nas suas decisões, sempre objetivando:



ESTADO DE SERGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DOS COQUEIROS

- I - estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários, mantendo os mesmos critérios em toda a área de abrangência da prestação dos serviços da DESO no Estado;
- II - garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas no convênio de cooperação; e
- III - prevenir e reprimir os abusos de poder econômico.

Art. 22 - Visando o eficaz desempenho das suas atividades de regulação e fiscalização, a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe – AGRESE deve zelar pela garantia dos seguintes princípios fundamentais:

- I - garantia de prestação de serviços adequados, assim entendidos aqueles que satisfaçam as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade nas suas tarifas;
- II - existência de regras claras, inclusive sob o ponto de vista tarifário, com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos;
- III - estabilidade nas relações envolvendo as Autoridades delegantes e usuários;
- IV - proteção dos usuários e delegatários contra prática abusiva e monopolista;
- V - expansão dos sistemas, atendimento abrangente da população, otimização do uso dos bens coletivos, bem como a modernização e o aperfeiçoamento dos serviços delegados.

Art. 23 – As normas de regulação deverão tratar, dentre outros assuntos:

- I - padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços;
- II - requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;
- III - as metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos;
- IV - regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;
- V - medição, faturamento e cobrança de serviços;
- VI - monitoramento dos custos;
- VII - avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;



ESTADO DE SERGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DOS COQUEIROS

VIII - plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação;

IX - subsídios tarifários e não tarifários;

X - padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação;

XI - medidas de contingências e de emergências, inclusive racionamento.

CAPÍTULO V

DOS DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS

Art. 24 – Além do que prevê a legislação, o Código de Defesa do Consumidor, as cláusulas do contrato de programa e a normas de regulação, são direitos e deveres dos usuários:

I - receber os serviços em condições adequadas e, em contrapartida, pagar pontualmente as respectivas tarifas;

II - receber do município, da contratada e do órgão regulador, todas as informações relativas ao seu cadastro, necessárias para a defesa dos seus interesses individuais e coletivos;

III - levar ao conhecimento do órgão regulador, do município ou da contratada as irregularidades das quais venham a ter conhecimento, referentes à prestação dos serviços objeto deste contrato;

IV - contribuir para a permanência das boas condições do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário e dos bens públicos, por intermédio dos quais são prestados os serviços respectivos;

V - cumprir o Regulamento dos Serviços Públicos de Água e Esgoto (Decreto Estadual nº 27.565, de 21 de dezembro de 2010) ou norma equivalente, demais decretos e normas editadas pela Agência

Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe – AGRESE e DESO, bem como a legislação que disciplina a matéria;

VI - solicitar e comunicar à DESO sobre qualquer alteração que pretenda fazer no ponto de entrega da água ou no de coleta de esgoto;



ESTADO DE SERGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DOS COQUEIROS

- VII - manter as instalações internas de sua responsabilidade, tais como caixa d' água, tubulações e conexões, dentre outras, sempre limpas e em condições de conservação e higiene adequadas, estabelecidas pelas autoridades competentes.
- VIII - requerer a ligação de seus imóveis ao sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário;
- IX - averiguar qualquer vazamento de água existente nas instalações internas, reparando-as imediatamente e responsabilizando-se pelo consumo apurado no medidor.
- X - responsabilizar-se pela guarda e conservação dos equipamentos relativos à ligação predial de água e/ou esgotos, inclusive em casos de furto, perda ou danos;
- XI - ser atendido pela DESO, em relação aos pedidos de seu interesse, nos prazos e condições fixados no contrato de programa a ser celebrado na norma de regulação.
- XII - ter acesso fácil ao Regulamento dos Serviços Públicos de Água e Esgoto e ao relatório periódico sobre a qualidade da prestação dos serviços prestados pela DESO;
- XIII - receber o ressarcimento dos danos que, porventura, lhe sejam comprovadamente causados em função dos serviços prestados.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 25 - Enquanto não for firmado o convênio de cooperação entre o Estado e o Município e o respectivo contrato de programa entre a DESO e o Município, na forma autorizada por esta lei, a DESO prestará os serviços de água e esgoto na condição de permissionária, mantidas as condições do contrato de concessão anteriormente firmado nos termos do Art. 23 da Lei Estadual nº 6.977, de 03 de novembro de 2010, reconhecida a validade e eficácia de todos os atos praticados durante a sua vigência e de seus aditivos, nos termos desta lei e do referido contrato.

Art. 25 A - O Município deverá instituir por decreto do Poder Executivo, comitê municipal de acompanhamento da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, formado por representação do poder executivo, dos usuários, da DESO e da sociedade, que atuara consultivamente junto a AGRESE e que exercerá o controle social dos serviços públicos de água e esgoto.



ESTADO DE SERGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DOS COQUEIROS

Parágrafo único – Enquanto não for criado este comitê o poder executivo municipal executara esta função

Art. 25 B - O planejamento estadual que deve ser adotado como parâmetro para a elaboração do Plano Municipal d Saneamento é o Plano de Gestão da DESO, ate que seja instituído o planejamento previsto no Art. 19 desta Lei, ao qual o município já aderiu nos termos desta Lei.

Art. 26 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Barra dos Coqueiros/SE, 28 de outubro de 2015.


AIRTON SAMPAIO MARTINS
Prefeito Municipal